

Relatório do Auditor Externo

Ao Executivo Municipal do:

Município de Ourém

I – Introdução

O presente relatório é emitido nos termos das recomendações emanadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, relativamente ao trabalho efetuado no âmbito das nossas funções como Auditores Externos do Município de Ourém, reguladas no n.º 3 do art.º 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais)

Procedemos à revisão legal de contas do Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

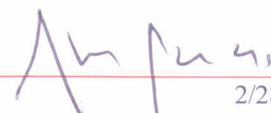
Em resultado do exame efectuado emitimos as certificações legais de contas (individuais e consolidadas).

II – Procedimentos de Auditoria

2.1. O nosso trabalho consistiu, entre outros aspetos, no seguinte:

- (1) Reuniões com o Sr. Presidente do executivo municipal, com o Diretor Administrativo e do Planeamento (DAP), com o Chefe Divisão Gestão Financeira (DGF), com o Chefe Secção de Contabilidade e outros responsáveis tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.

- (2) Realização de trabalho de auditoria, no mês de agosto de 2012, para a emissão do Parecer semestral, relativo ao 1º semestre de 2012, e que compreendeu:
- a) Testes ao sistema de controlo interno, nomeadamente nas áreas de Pessoal, aquisições de bens e serviços, e Disponibilidades;
 - b) A revisão analítica de saldos e transações;
 - c) A verificação dos mapas de execução orçamental;
 - d) A verificação do endividamento líquido da autarquia;
 - e) A verificação das exigências legais quanto á publicitação de informação; e
 - f) A análise documental de transações.
- (3) Realização de trabalho de verificação final, no meses de fevereiro e março de 2013, no qual foram executados vários procedimentos de auditoria, sendo de destacar:
- a) Revisão analítica de saldos e transações;
 - b) A análise documental de transações;
 - c) Verificação dos mapas de execução orçamental;
 - d) Verificação do mapa de execução das Grandes Opções do Plano (GOP);
 - e) Verificação do endividamento líquido, endividamento a M/L prazo e curto prazo;
 - f) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - g) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas e que se encontram divulgadas nos respectivos Anexos;
 - h) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - i) Verificação do processo de consolidação de contas do Grupo Municipal de Ourém;
 - j) Solicitámos a Declaração do órgão executivo prevista nas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria da OROC;
 - k) Apreciámos o relatório de gestão (individual e consolidado) e a proposta de aplicação dos resultados apresentados, os quais satisfazem os requisitos legais e verificámos a conformidade da informação financeira constante do relatório com as demonstrações financeiras do exercício.



- (4) Apresentamos nos capítulos seguintes deste relatório, com mais detalhe, os outros procedimentos de auditoria que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos.

III – Notas sobre saldos de contas e transacções (óptica patrimonial do POCAL)

3.1 Revisão das transacções

No nosso trabalho de auditoria procedemos à revisão analítica, a qual será explanada nos quadros seguintes, e à verificação documental das transacções, numa base amostral. Esta análise documental, permitiu-nos verificar: 1) a ocorrência das transacções; 2) a integralidade do registo das transacções; 3) as quantias e outros dados relacionados com as transacções foram apropriadamente registados; 4) o registo no exercício a que dizem respeito; e 5) que as transacções foram registadas nas contas apropriadas.

a) Comparação dos resultados

COMPARATIVO 2012/2011

RUBRICA	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
CUSTOS E PERDAS				
Custo das existências vendidas/consumidas	522.680,72	799.392,03	(276.711,31)	-34,6%
Fornecimentos e serviços externos	10.998.226,61	10.188.818,82	809.407,79	7,9%
Transf. e Sub. correntes concedidos e prest. sociais	1.460.352,92	1.483.599,82	(23.246,90)	-1,6%
Custos com o pessoal	6.761.360,37	7.059.581,36	(298.220,99)	-4,2%
Outros custos e perdas operacionais	152.774,22	167.848,74	(15.074,52)	-9,0%
Amortizações do exercício	10.782.460,61	10.639.804,79	142.655,82	1,3%
Provisões do exercício	662.651,53	3.258.664,62	(2.596.013,09)	-79,7%
Custos e perdas financeiros	779.879,19	989.530,58	(209.651,39)	-21,2%
Custos e perdas extraordinários	2.842.292,70	2.176.428,95	665.863,75	30,6%
	34.962.678,87	36.763.669,71	(1.800.990,84)	-4,9%
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas	11.208,74	7.819,14	3.389,60	43,4%
Prestações de serviços	1.423.762,02	1.388.506,46	35.255,56	2,5%
Impostos e taxas	8.543.708,75	7.898.860,47	644.848,28	8,2%
Proveitos suplementares	193.829,48	128.460,09	65.369,39	50,9%
Transferências e subsídios obtidos	14.903.546,40	15.271.487,69	(367.941,29)	-2,4%
Trabalhos para a própria entidade	275.422,75	202.578,07	72.844,68	36,0%
Proveitos e ganhos financeiros	1.673.606,41	1.646.652,57	26.953,84	1,6%
Proveitos e ganhos extraordinários	2.427.316,50	4.584.672,27	(2.157.355,77)	-47,1%
	29.452.401,05	31.129.036,76	(1.676.635,71)	-5,4%
Resultados operacionais	(5.989.028,84)	(8.699.998,26)	2.710.969,42	31,2%
Resultados financeiros	893.727,22	657.121,99	236.605,23	36,0%
Resultados correntes	(5.095.301,62)	(8.042.876,27)	2.947.574,65	36,6%
Resultados extraordinários	(414.976,20)	2.408.243,32	(2.823.219,52)	-117,2%
Resultado líquido do exercício	(5.510.277,82)	(5.634.632,95)	124.355,13	2,2%

Da análise do quadro anterior verifica-se que, face ao ano anterior (2011), os resultados do município registaram uma ligeira melhoria, pois embora os proveitos e ganhos tenham registado uma diminuição de -5,4% (-1.676.636 €), os gastos e perdas registaram uma quebra superior (-1800.862 €) correspondente a -4,9% face a 2011.

Os meios libertos líquidos do Município (Resultados Líquidos + Amortizações + Provisões) ascenderam a 5.934.834 € em 2012, contra os 8.263.836 € em 2011, ou seja, registaram uma diminuição de 28,2%.

Ao nível dos custos e perdas, as rubricas cujo valor absoluto registou uma maior subida comparativamente a 2011 foram as seguintes:

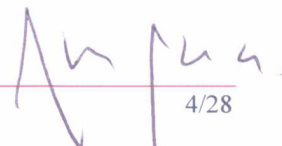
- fornecimentos e serviços externos (+ 809.407,79 €)
- custos e perdas extraordinárias (+665.863,75 €)

Por outro lado, as rubricas que mais decresceram foram:

- provisões do exercício (- 2.596.013,09 €)
- custos com pessoal (- 298.220,99 €)
- custos da existências vendidas/consumidas (- 276.711,31 €)
- custos e perdas financeiras (- 209.651,39 €)

Relativamente aos proveitos, destaque para a diminuição dos proveitos e ganhos extraordinários (-2.157.355,77 €); em sentido inverso, realce para o aumento em impostos e taxas (+644.848,28 €).

Apresentaremos de seguida uma análise mais detalhada dos principais custos e proveitos ocorridos no ano.



4/28

b) Análise comparativa dos principais custos:

- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Custo das Mercadorias vendidas	1.365,82	4.514,32	-3.148,50	-69,7%
Custo das Matérias consumidas	521.314,90	794.877,71	-273.562,81	-34,4%
- Matérias primas	175.193,01	403.025,15	-227.832,14	-56,5%
- Consumos para máquinas e viaturas	318.529,94	371.547,53	-53.017,59	-14,3%
- Material de consumo interno	27.591,95	20.305,03	7.286,92	35,9%
TOTAL	522.680,72	799.392,03	-276.711,31	-34,6%

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas diminuiu cerca de 277 mil euros face a 2011, desse valor, cerca de 228 mil euros deveu-se a diminuição de consumos de matérias-primas.

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Pela análise do quando abaixo, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram 7,9% em 2012 face a 2011. Os custos com Eletricidade, Recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, e Transportes escolares e Outros fornecimentos e serviços externos (onde se inclui custos relacionados com a educação), são as rubricas com maior peso nos FSE do Município, no seu conjunto representam cerca de 57% do total dos FSE's (51,6% em 2011).

Handwritten signature

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Electricidade	1.591.907,20	1.403.002,36	188.904,84	13,5%
Combustíveis	75.456,04	21.850,09	53.605,95	245,3%
Água	29.478,18	21.071,64	8.406,54	39,9%
Outros fluidos	24,45		24,45	100,0%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	391,03	396,11	-5,08	-1,3%
Livros e documentação técnica	1.758,79	1.994,20	-235,41	-11,8%
Material de escritório	37.134,81	31.616,46	5.518,35	17,5%
Artigos para oferta	4.293,19	4.918,12	-624,93	-12,7%
Rendas e Alugueres	34.897,64	97.882,18	-62.984,54	-64,3%
Despesas de representação	2.898,91	10.229,46	-7.330,55	-71,7%
Comunicação	76.380,32	86.049,33	-9.669,01	-11,2%
Seguros	50.138,10	63.614,84	-13.476,74	-21,2%
Royalties	58,92	1.688,07	-1.629,15	-96,5%
Deslocações e estadas	7.552,88	13.117,01	-5.564,13	-42,4%
Comissões	73,89	173,97	-100,08	-57,5%
Contencioso e notariado	4.034,72	7.022,84	-2.988,12	-42,5%
Conservação e reparação	1.013.987,40	1.024.157,49	-10.170,09	-1,0%
Publicidade e propaganda	19.235,95	51.594,74	-32.358,79	-62,7%
Limpeza, higiene e conforto	125.693,93	128.804,60	-3.110,67	-2,4%
Vigilância e segurança	167.316,48	169.165,61	-1.849,13	-1,1%
Trabalhos especializados	566.153,51	614.282,16	-48.128,65	-7,8%
Alimentação, roupas e calçado		1.989,53	-1.989,53	-100,0%
Artigos honoríficos e de decoração	153,93	81,85	72,08	88,1%
Material de educação, cultura e recreio	1.233,97	5.833,53	-4.599,56	-78,8%
Formação	11.897,15	3.884,73	8.012,42	206,3%
Exploração e manutenção de ETAR's	787.570,72	760.530,27	27.040,45	3,6%
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.446.231,23	1.525.155,50	-78.924,27	-5,2%
Transportes Escolares	1.193.707,07	1.420.337,14	-226.630,07	-16,0%
Material de consumo clínico	1.566,07	38,08	1.527,99	4012,6%
Serviços de saúde	12.013,40	15.991,92	-3.978,52	-24,9%
Recolha domiciliária de efluentes	18.081,24	17.401,01	680,23	3,9%
Manutenção das redes de saneamento	81.113,88	86.991,44	-5.877,56	-6,8%
Limpeza de terrenos e de lixeiras ilegais	449,58	12.456,25	-12.006,67	-96,4%
Retenção dos Fundos pela DGAL, CCDR e GAT	9.888,00	9.888,00	0,00	0,0%
Limpeza urbana	385.841,62	376.474,67	9.366,95	2,5%
Fornecimento de refeições	808.909,80	799.587,19	9.322,61	1,2%
Acordos de prolongamento de horário	205.356,66	240.995,11	-35.638,45	-14,8%
Encargos de cobrança	177.303,78	177.280,28	23,50	0,0%
Outros fornecimentos e serviços	2.048.042,17	905.329,22	1.142.712,95	126,2%
TOTAL	10.998.226,61	10.188.818,82	809.407,79	7,9%

Assinatura
6/28

As principais variações, em termos de valores absolutos, ocorreram nas seguintes rubricas:

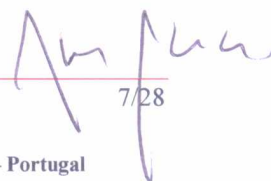
- *Outros fornecimentos e serviços*: aumento de 1.142.712,95 € (+ 126,2%) – contribuindo para este aumento a revisão do contrato programa com a Ourém Viva referente à vigilância escolar de crianças e do contrato programa com a SRU relativos aos gastos gerais de funcionamento, assim como os encargos debitados pela DGCI referentes às reavaliações de IMI;
- *Transportes escolares*: diminuição de 226.630,07 € (- 16%) – esta variação deveu-se, essencialmente, à redução do valor do contrato programa com Ourém Viva (motorista e vigilante transporte escolares).

Em termos globais, os fornecimentos e serviços externos passaram a ser a componente de custo mais relevante na estrutura de custos do Município, representando 31,5% do total de custos.

- Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Transferências correntes	810.327,58	836.538,88	-26.211,30	-3,1%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	397.883,25	318.192,19	79.691,06	25,0%
Freguesias	70.751,76	15.271,60	55.480,16	363,3%
Associações de municípios	1.507,59	1.462,94	44,65	3,1%
Regiões Turismo		14.199,85	-14.199,85	-100,0%
Outros		14.720,60	-14.720,60	-100,0%
Instituições sem fins lucrativos	290.251,24	434.398,10	-144.146,86	-33,2%
Famílias	30.733,74	27.493,60	3.240,14	11,8%
Resto do mundo	19.200,00	10.800,00	8.400,00	77,8%
Subsídios correntes concedidos	650.025,34	647.060,94	2.964,40	0,5%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	647.550,34	644.585,94	2.964,40	0,5%
Privadas	2.475,00	2.475,00	0,00	0,0%
			0,00	0,0%
TOTAL	1.460.352,92	1.483.599,82	-23.246,90	-1,6%

Ao nível das Transferências e Subsídios correntes concedidos, verificou-se uma ligeira diminuição face a 2011 de cerca 23 mil euros (-1,6%). Pela leitura do quadro supra, destaca-se uma diminuição de 144.147 € (-33,2%) nas transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos, e por outro lado, um aumento nas transferências correntes para empresas municipais e Freguesias no montante conjunto de 135.171 € (+ 40%).


7/28

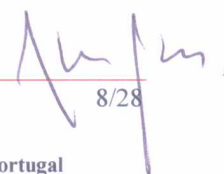
- Custos com pessoal

Os custos com pessoal (vertente económica) registaram uma diminuição de 4,2% face a 2011. Esta diminuição é justificada pela redução, em termos líquidos, do n.º de funcionários (quer por aposentações, quer por caducidade dos contratos de trabalho), bem como aplicação dos cortes nos subsídios de férias e de natal.

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Titulares de Órgãos Sob. e Membros Órgãos Autarquicos	334.436,37	417.137,58	-82.701,21	-19,8%
Pessoal dos quadros	4.569.452,11	4.228.840,83	340.611,28	8,1%
Pessoal em qualquer outra situação	128.220,05	543.765,73	-415.545,68	-76,4%
Trabalho extraordinário	19.463,18	51.175,30	-31.712,12	-62,0%
Abono para falhas	5.981,89	6.114,66	-132,77	-2,2%
Subsídio de refeição	399.775,27	436.703,33	-36.928,06	-8,5%
Ajudas de custo	4.160,99	7.895,83	-3.734,84	-47,3%
Outros Suplementos	79.131,27	95.128,80	-15.997,53	-16,8%
Subsidio familiar a crianças e jovens	34.636,54	41.542,07	-6.905,53	-16,6%
Outras prestações familiares	3.573,54	9.730,80	-6.157,26	-63,3%
Pensões	4.889,85	1.045,15	3.844,70	367,9%
Seguranca social dos funcionarios publicos	589.216,80	532.540,49	56.676,31	10,6%
Seguranca social - regime geral	280.553,56	350.927,43	-70.373,87	-20,1%
Seguros de acidentes no trabalho e doencas profiss	44.004,02	79.621,73	-35.617,71	-44,7%
Despesas de saude	263.864,93	257.411,63	6.453,30	2,5%
TOTAL	6.761.360,37	7.059.581,36	-298.220,99	-4,2%

Se analisarmos na vertente orçamental (pagamentos), as despesas com pessoal atingiram em 2012 o valor de 6.386.550 €, o que compara com 7.552.890 € de 2011 (-15,4%).

A diferença entre a vertente económica e a orçamental está relacionada com a consideração de custos (vertente económica) que apenas se traduzem em pagamentos (vertente orçamental) em períodos distintos de tempo, como é o caso das estimativas de encargos com férias e subsídio de férias.


8/28

- Amortizações do exercício

DESIGNAÇÃO	2012	2011	VARIACÃO 2012/11	
			VALOR	%
Edifícios e outras construções	894.489,58	736.919,70	157.569,88	17,6%
Equipamento básico	154.928,27	144.228,65	10.699,62	6,9%
Equipamento de transporte	136.535,62	122.374,76	14.160,86	10,4%
Ferramentas e utensílios	1.530,16	2.007,48	-477,32	-31,2%
Equipamento administrativo	81.447,36	84.557,14	-3.109,78	-3,8%
Outras imobilizações corpóreas	125.858,80	120.875,26	4.983,54	4,0%
Imobilizações Incorpóreas	37.771,69	72.219,65	-34.447,96	-91,2%
Bens de domínio público	9.349.899,13	9.356.622,15	-6.723,02	-0,1%
TOTAL	10.782.460,61	10.639.804,79	142.655,82	1,3%

O valor das amortizações aumentou cerca de 143 mil euros, e continua a assumir-se como uma das componentes de custos mais relevantes do Município, com um peso de 30,8%. No entanto, é um custo sem reflexo em termos de despesa e de pagamento – trata-se dum custo não desembolsável.

- Custos e perdas financeiras

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIACÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Juros Suportados	755.728,56	966.122,00	-210.393,44	-21,8%
Amortizações de investimentos em imóveis	16.083,06	15.785,74	297,32	3,9%
Outros Custos	8.067,57	7.622,84	444,73	5,8%
Total	779.879,19	989.530,58	-209.651,39	-21,2%

Os custos e perdas financeiras apresentam uma diminuição global de 209.651 €, em resultado da diminuição verificada nos juros suportados, que acompanharam o decréscimo das dívidas a instituições de crédito.

[Assinatura]
9/28

- Custos e perdas extraordinárias

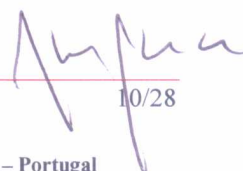
DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Transf de capital - sociedades não financeiras	245.342,62	341.118,87	-95.776,25	-28,1%
Transf de capital - Administração Local	660.942,69	368.577,84	292.364,85	79,3%
Transf de capital - Instituições sem fins lucrativos	1.092.170,26	849.669,30	242.500,96	28,5%
Famílias		1.550,00	-1.550,00	-100,0%
Dívidas incobráveis		32.217,60	-32.217,60	-100,0%
Perdas em existências	9.920,68	23.458,29	-13.537,61	-57,7%
Perdas em imobilizações	12.115,93	245.545,36	-233.429,43	-95,1%
Multas e Penalidades	42.540,10	57.167,58	-14.627,48	-25,6%
Aumentos de amortizações e provisões		9.367,50	-9.367,50	-100,0%
Correcções relativas a exercicios anteriores	779.253,65	247.749,84	531.503,81	214,5%
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	6,77	6,77	0,00	0,0%
TOTAL	2.842.292,70	2.176.428,95	665.863,75	30,6%

Os custos e perdas extraordinárias aumentaram cerca de 666 mil euros (+30,6% face a 2011).

Realce para o aumento das transferências de capital para a Administração Local – Freguesias e instituições sem fins lucrativos, que no seu conjunto aumentaram 44% face a 2011 (+ 534.866 €). Foram ainda registadas em correções relativas a exercícos anteriores, os montantes relativos a amortizações de anos anteriores referentes a alterações do valor de alguns bens do imobilizado

c) Análise comparativa dos principais proveitos

Apresentamos, nas páginas seguintes, uma análise comparativa da evolução dos proveitos e ganhos do exercício de 2012 cujo valor é mais significativo.



10/28

- Vendas e Prestações de serviços

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Mercadorias	2.872,84	6.659,08	-3.786,24	-56,9%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	88,90	537,41	-448,51	-83,5%
Venda de bens diversos	8.247,00	622,65	7.624,35	1224,5%
Saneamento	139.344,62	120.047,65	19.296,97	16,1%
Resíduos sólidos	1.164.874,67	1.180.826,84	-15.952,17	-1,4%
Transportes Colectivos Pessoas e Mercadorias	14.681,16	30.260,46	-15.579,30	-51,5%
Trabalhos por conta de particulares	1.061,29	11.596,66	-10.535,37	-90,8%
Cemitérios	21.143,64	24.371,83	-3.228,19	-13,2%
Mercados e feiras	10.380,99	11.699,05	-1.318,06	-11,3%
Outros serviços específicos	77.562,56		77.562,56	100,0%
Reembolsos e Restituições	-6.535,25	-10.825,81	4.290,56	-39,6%
TOTAL	1.434.970,76	1.396.325,60	38.645,16	2,8%

O valor das vendas e prestações de serviços registou uma variação positiva de 39 mil euros (+2,8%) face a 2011. A principal rubrica continua a ser a prestação de serviços relacionada com a recolha de resíduos sólidos, a qual representa 81% do total das vendas e prestações de serviços (85% em 2011).

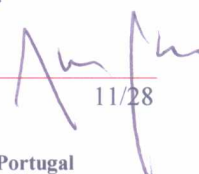
- Impostos e Taxas

Relativamente aos proveitos relativos a Impostos e Taxas o seu valor sofreu um aumento de 8,2% (+645 mil euros face a 2011), em resultado do aumento verificado nos Impostos e da diminuição das Restituições e Reembolsos.

O IMI foi a rubrica que teve uma variação mais significativa, ao registar um aumento de cerca de 437 mil euros, resultado da reavaliação de imóveis que foi levada a cabo e também da alteração no regime de isenção deste imposto.

Relativamente às Taxas, o seu valor diminuiu cerca de 54 mil euros, em resultado da diminuição das taxas de saneamento em cerca de 51 mil euros.

No quadro seguinte apresentamos a variação das várias rubricas de impostos e taxas:

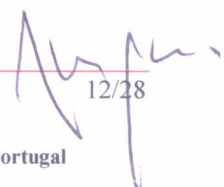

11/28

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIACÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
<i>Impostos</i>	7.699.657,97	7.254.226,05	445.431,92	6,1%
Imposto Municipal sobre Imóveis	4.395.848,77	3.959.070,06	436.778,71	11,0%
Imposto Único Circulação	916.959,49	762.991,50	153.967,99	20,2%
Impostos Municipal s/ Transm. Onerosas Imov.	1.234.761,24	1.334.839,81	-100.078,57	-7,5%
Derrama	577.303,78	586.661,00	-9.357,22	-1,6%
Impostos abolidos	0,00	92.487,01	-92.487,01	-100,0%
Mercados e feiras	6.451,98	6.467,78	-15,80	-0,2%
Loteamento e obras	231.124,26	187.613,87	43.510,39	23,2%
Ocupação da via pública	1.334,44	1.041,67	292,77	28,1%
Publicidade	80.295,30	76.427,69	3.867,61	5,1%
Saneamento	184.904,34	190.331,01	-5.426,67	-2,9%
Outros	70.674,37	56.294,65	14.379,72	25,5%
<i>Taxas</i>	919.438,81	973.334,51	-53.895,70	-5,5%
Mercados e feiras	112.192,70	117.470,85	-5.278,15	-4,5%
Loteamento e obras	246.945,33	241.900,78	5.044,55	2,1%
Ocupação da via pública	523,15	786,83	-263,68	-33,5%
Caça, uso e porte de arma	480,49	711,11	-230,62	-32,4%
Saneamento	546.644,90	597.267,95	-50.623,05	-8,5%
Outras	12.652,24	15.196,99	-2.544,75	-16,7%
<i>Reembolsos e Restituições</i>	-75.388,03	-328.700,09	253.312,06	-77,1%
TOTAL	8.543.708,75	7.898.860,47	644.848,28	8,2%

- Transferências e subsídios obtidos

Relativamente às “Transferências e Subsídios Obtidos” – rubrica com maior peso nos proveitos totais do Município com 50,6% do total dos proveitos, o seu valor global, diminuiu cerca de 368 mil euros (-2,4%).

O quadro seguinte evidencia que foi ao nível das transferências de capital que a diminuição ocorrida em 2012 mais foi sentida (redução de cerca 225 mil euros face a 2011). Quanto às transferências correntes, a sua diminuição foi de cerca 128 mil euros, no entanto é de assinalar um decréscimo nas transferências provenientes do orçamento de estado (327 mil euros), o qual foi parcialmente compensado pelo aumento das transferências associadas à delegação de competências com o Ministério da Educação (+ 416 mil euros).

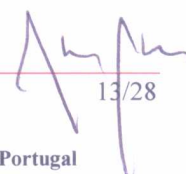

12/28

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIACÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Transferências Correntes:	10.942.872,85	11.071.289,22	-128.416,37	-1,2%
Fundo Equilíbrio Financeiro	5.618.682,00	5.934.484,00	-315.802,00	-5,3%
Fundo Social Municipal	642.823,00	681.098,00	-38.275,00	-5,6%
Participação Fixa no IRS	904.975,00	877.419,00	27.556,00	3,1%
Acordos colaboração Ensino Pré-escolar	348.702,98	259.383,66	89.319,32	34,4%
Transportes escolares	165.973,00	175.723,00	-9.750,00	-5,5%
Comparticipação - Act Extra Curric	514.762,50	325.062,50	189.700,00	58,4%
Transferências de competências - Educação	2.710.397,90	2.563.169,65	147.228,25	5,7%
Outros	36.556,47	66.926,72	-30.370,25	-45,4%
Transferências de Capital:	3.731.688,00	3.956.323,00	-224.635,00	-5,7%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.731.688,00	3.956.323,00	-224.635,00	-5,7%
Outras Transferências:	228.985,55	243.875,47	-14.889,92	-6,1%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	15.242,04	48.090,63	-32.848,59	-68,3%
Outros		8.998,84	-8.998,84	-100,0%
Famílias	144.743,51	158.086,00	-13.342,49	-8,4%
Exterior	69.000,00	19.000,00	50.000,00	263,2%
Empresas		9.700,00	-9.700,00	-100,0%
TOTAL	14.903.546,40	15.271.487,69	-367.941,29	-2,4%

- Proveitos e ganhos financeiros

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIACÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Juros Obtidos	13.003,53	26.698,20	-13.694,67	-51,3%
Ganhos em entidades participadas		5.064,18	-5.064,18	-100,0%
Rendimentos de imóveis	1.654.215,86	1.614.890,19	39.325,67	2,4%
Outros proveitos	6.387,02		6.387,02	
Total	1.673.606,41	1.646.652,57	26.953,84	1,6%

O valor dos proveitos e ganhos financeiros diminui cerca de 27 mil euros face a 2011. De salientar que os rendimentos de imóveis representam 98,8% do total dos proveitos e ganhos financeiros. Tratam-se, fundamentalmente, dos valores referentes às rendas de concessão à EDP da rede elétrica pública.


13/28

- Proveitos e ganhos extraordinários

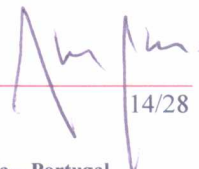
DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2012/11	
	2012	2011	VALOR	%
Ganhos em existências	32.213,76	19.897,78	12.315,98	61,9%
Ganhos em imobilizações	30.910,55	695.174,99	-664.264,44	-95,6%
Multas	64.928,07	832.535,94	-767.607,87	-92,2%
Juros de Mora	19.230,38	34.683,98	-15.453,60	-44,6%
Reduções de amortizações e provisões	41.684,86	451.799,00	-410.114,14	-90,8%
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.174.476,27	1.517.478,85	-343.002,58	-22,6%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.063.872,61	1.033.101,73	30.770,88	3,0%
TOTAL	2.427.316,50	4.584.672,27	-2.157.355,77	-47,1%

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram uma forte diminuição em 2012, em cerca de 2,1 milhões de euros (-47,1%), distribuídos pelas rubricas de ganhos em imobilizações, multas, redução de provisões e correções relativas a exercícios anteriores. Estas diminuições resultam do facto de que em 2011 terem sido registados proveitos extraordinários em cada uma destas áreas:

- Ganhos em imobilizações – alienação do Pavilhão Desportivo Municipal de Ourém;

- Benefícios e penalidades contratuais (multas) - multa pelo atrasos na empreitada “Requalificação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B” aplicados à empresa que inicialmente ganhou o concurso Aquino Construções, SA (agora Massa Insolvente da empresa Aquino Construções, SA);

- Correções relativas a exercícios anteriores, especialmente em resultado da diferença entre o valor do IMI especializado em 2012 e o valor recebido em 2011.



14/28

3.2. Ativos

3.2.1. Ativo imobilizado

Rubrica	2012		2011		Variação 2012/11	
	€	%	€	%	€	%
Bens de domínio público	179.848.889,77	95,7%	172.362.229,01	91,7%	7.486.660,76	4,3%
Imobilizado incorpóreo	1.753.822,56	0,9%	1.415.080,13	0,8%	338.742,43	23,9%
Imobilizado corpóreo	85.613.996,09	45,5%	78.648.526,88	41,8%	6.965.469,21	8,9%
Investimentos financeiros	3.108.874,28	1,7%	4.753.849,61	2,5%	(1.644.975,33)	-34,6%
Amortizações	(82.366.526,76)	-43,8%	(71.789.743,62)	-38,2%	(10.576.783,14)	14,7%
Total	187.959.055,94	100,0%	185.389.942,01	98,6%	2.569.113,93	1,4%

Da leitura do quadro anterior, constata-se um crescimento do imobilizado bruto (bens de domínio público, imob incorpóreas e imob. corpóreas) no montante de 14.790.872,40 €, e uma redução no valor bruto dos investimentos financeiros em 1.644.975,33 mil euros (abate da participação na Ambiorém).

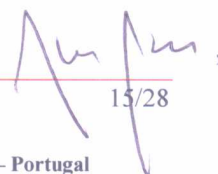
Atendendo também ao aumento do valor das amortizações, no montante de 10.576.783,14 €, o imobilizado líquido registou um aumento no período de 2.569.113,93 €.

Procedemos, por amostragem, à análise da documentação de suporte aos aumentos/abates de imobilizado. Os documentos analisados totalizaram 13.052.817 €, o que corresponde a 88% do aumento verificado no imobilizado bruto.

Verificámos os mapas de amortização elaborados, nomeadamente, quanto ao valor dos activos brutos, amortizações do exercício e amortizações acumuladas, e a sua conformidade com os valores constantes nas Demonstrações Financeiras.

Foi verificada a adequação das amortizações calculadas, tendo em consideração a Portaria 671/2000, bem como a consistência da política de amortizações.

Tal como é referido na Nota 14 do ABDR, o Município reconhece a existência de bem omissos em Balanço, particularmente do domínio privado.



15/28

3.2.2. Ativo Circulante

Rubrica	2012		2011		Variação 2012/11	
	€	%	€	%	€	%
Existências	323.844,98	2,0%	292.572,07	1,8%	31.272,91	10,7%
Outros devedores M/L prazo	4.801.500,00	29,1%	4.801.500,00	29,1%	0,00	0,0%
Clientes, Contribuintes, Utentes c/c	285.794,94	1,7%	558.400,40	3,4%	(272.605,46)	-48,8%
Clientes, contrib e utentes cob. Duv.	932.338,54	5,6%	974.023,40	5,9%	(41.684,86)	-4,3%
Outros devedores (curto prazo)	2.328.257,72	14,1%	1.242.335,55	7,5%	1.085.922,17	87,4%
Depósitos em inst. financ. e Caixa	3.552.459,53	21,5%	1.054.174,16	6,4%	2.498.285,37	237,0%
Acréscimos e diferimentos	5.229.558,85	31,7%	4.856.547,04	29,4%	373.011,81	7,7%
Provisões para bens activos	(932.338,54)	-5,6%	(974.023,40)	-5,9%	41.684,86	-4,3%
Total	16.521.416,02	100,0%	12.805.529,22	77,5%	3.715.886,80	29,0%

a) Existências

Analisámos as listagens finais de existências e verificámos a sua concordância com os registos contabilísticos e com as listagens obtidas nas contagens físicas; verificámos igualmente o apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

b) Outros devedores M/L prazo

O saldo desta conta (4.801.500 €) refere-se ao valor em dívida da participada Mais Ourém S.A. (na qual o Município detém uma participação de 49%) relativo à alienação, em 31 Dezembro de 2008, de um conjunto de terrenos com vista à construção de equipamentos sociais (pavilhão multiusos e um campo sintético), equipamentos esses que serão posteriormente arrendados ao Município por um período de 25 anos, findo este prazo o Município comprometeu-se a adquirir os equipamentos sociais pelo seu valor de mercado á data da compra, deduzido do montante inicialmente de alienação dos terrenos.

c) Clientes, Contribuintes e Utentes c/c

Procedemos à confirmação direta de saldos de conta junto dos principais clientes, contribuintes e utentes e, nos casos em que não obtivemos resposta, mesmo depois de um segundo pedido de conformação de saldos, realizámos procedimentos alternativos de confirmação dos créditos sobre clientes.

Procedemos também à solicitação direta ao advogado do município de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações.

Dos procedimentos realizados não foram encontradas diferenças materialmente relevantes.

16/28

d) Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa

Confirmámos que o Município aplicou os critérios definidos no POCAL relativamente à consideração de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e o cálculo da respetiva provisão. Assim, atendendo ao valor que estava provisionado no final de 2011 e ao valor que seria necessário provisionar em 2012, verificou-se uma redução de provisões de cerca 42 mil euros.

e) Outros devedores curto prazo

Procedemos à confirmação direta de saldos de conta junto dos principais “Outros devedores” e, nos casos em que não obtivemos resposta, mesmo depois de um segundo pedido de conformação de saldos, realizámos procedimentos alternativos de confirmação dos créditos sobre essas entidades.

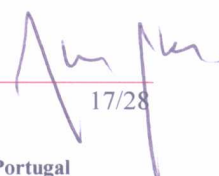
Do montante em dívida, verificámos que 42,8% do seu valor é referente a pedidos de reembolso de subsídios submetidos em 2012 (fundos comunitários) os quais ainda não tinham sido processados pelos organismos coordenadores a 31 de Dezembro de 2012.

Está também registado em “Outros Credores” o valor de 260.808,31 € referente ao acionamento de uma garantia bancária na Caixa Geral de Depósitos (pelo incumprimentos de obrigações contratuais da empresa Aquino Construções, SA), valor que até à data da realização do nosso trabalho ainda não se encontrava disponível; assim como o valor de 400.000 € referente a valores a receber da DREL para manutenção do parque escolar.

f) Depósitos em instituições financeiras e Caixa

Foi efetuada confirmação direta de saldos das contas, das responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, junto das entidades bancárias com as quais o município se relaciona e nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

Analisámos e testámos os mapas de conciliação bancária preparados pelos serviços do município, incluindo a revisão dos itens de conciliação mais significativos e verificação da sua regularização em data posterior à do balanço.



17/28

g) Acréscimos e Diferimentos

Esta rubrica compreende acréscimos de proveitos no montante de 5.228.162,25 €, sendo os mais significativos referentes a: IMI de 2012 (4.395.848,77 €), Derrama 2012 (577.303,78 €), IMT (111.100,92 €) e IUC (67.369,30 €).

A conta de custos diferidos apresenta o saldo de 1.396,60 € relativos essencialmente especialização de seguros.

3.3. Passivos

Rubrica	2012		2011		Variação 2012/11	
	€	%	€	%	€	%
Provisões para riscos e encargos	3.416.168,77	5,0%	2.753.517,24	4,0%	662.651,53	24,1%
Empréstimos obtidos	19.349.397,27	28,3%	22.449.282,10	32,8%	(3.099.884,83)	-13,8%
Fornecedores correntes	1.569.432,41	2,3%	1.878.274,37	2,7%	(308.841,96)	-16,4%
Fornecedores fact. recep.confª	5.011.658,43	7,3%	3.245.935,96	4,7%	1.765.722,47	54,4%
Fornecedores imobilizado	2.557.848,21	3,7%	4.237.135,72	6,2%	(1.679.287,51)	-39,6%
Forn imobilizado fact. recep. Confª	1.430.390,67	2,1%	821.373,82	1,2%	609.016,85	74,1%
Estado e outros entes públicos	163.044,79	0,2%	149.775,54	0,2%	13.269,25	8,9%
Clientes e utentes c/cauções	34.558,01	0,1%	26.829,59	0,0%	7.728,42	28,8%
Administração autárquica	450.814,40	0,7%	265.045,23	0,4%	185.769,17	70,1%
Outros credores	2.263.789,38	3,3%	2.933.084,89	4,3%	(669.295,51)	-22,8%
Acréscimos e diferimentos	32.122.300,75	47,0%	20.145.843,25	29,5%	11.976.457,50	59,4%
Total	68.369.403,09	95,0%	58.906.097,71	82,1%	9.463.305,38	16,1%

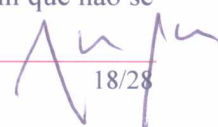
a) Empréstimos obtidos

Os valores dos empréstimos obtidos foram confirmados através de informação obtida directamente das entidades bancárias, no processo de circularização, tratando-se de empréstimos a M/L prazo. Contudo, existindo amortizações de capital que são exigíveis no curto prazo (2012), o Município procedeu à sua discriminação no Balanço entre M/L prazo e curto prazo, de acordo com a sua exigibilidade.

Foi verificada a adequada especialização dos juros suportados com os referidos financiamentos.

b) Fornecedores (correntes e de imobilizado, c/c e conta facturas em conferência)

Foi efectuada a confirmação direta e por escrito junto dos principais fornecedores (correntes e de imobilizado), tendo sido circularizados cerca de 96,7% dos saldo a 31 de Dezembro de 2012. Recebemos a confirmação de saldos correspondentes a 69% do saldo, e nos casos em que não se


18/28

obteve respostas, aplicamos métodos alternativos de confirmação, nomeadamente, a análise dos documentos por regularizar à data de 31 de Dezembro e análise dos pagamentos subsequentes das faturas em dívida.

Dos trabalhos realizados devemos relatar as seguintes situações de divergência de saldos com fornecedores:

- Suma: existe uma divergência de 568.381,28 €, resultante essencialmente de fatura n.º 1700000784, e nota de débito n.º 200000264 ambas datadas de 30 de abril de 2011, referentes a: serviços prestados entre 2001 e 2005 (310.681,31 €) e juros mora sobre esses serviços prestados (245.898,96 €), respetivamente. O município não reconhece estas dívidas.

- Simlis: existe uma divergência de 1.311.913,20 €. Trata-se de nota de débito n.º 2300000054 de 31/12/2011 de 1.311.913,20 €, e cujo descritivo que consta na informação do fornecedor é “Investimento de redes em baixa”, relacionado com a imputação ao Município de Ourém de valor relativo a projetos para a expansão da rede de água e saneamento no concelho, os quais estariam previstos no âmbito do QREN. Pelas indagações efetuadas, este documento foi devolvido à Simlis, pois o município refuta legitimidade à Simlis para a sua emissão. Esta situação já se mantém do exercício de 2011.

c) Estado e outros entes públicos

Verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e a adequada contabilização dos impostos, bem como da situação da empresa relativa à Segurança Social. Para o efeito foram analisadas as retenções de impostos efectuadas, o envio das declarações e respetivas guias de pagamento, e obtivemos as certidões de não dívida à Seg. Social e Finanças.

d) Outros credores e Administração autárquica

Foi efectuada a confirmação direta e por escrito junto dos fatores, e outros credores, tendo sido circularizados cerca de 95 % dos saldo a 31 de Dezembro de 2012.

Dos trabalhos realizados não foram encontradas diferenças materialmente relevantes.



19/28

e) Acréscimos e Diferimentos

Compreende acréscimos de custos, no montante de 972.534,73 €, dos quais os mais significativos são: encargos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais obrigatórios relativos ao exercício de 2012 a liquidar em 2013 (618.208,69 €); acordos de prolongamento de horários e fornecimento refeições - parte relativa a 2012 (83.200 €); iluminação pública dez/2012 (77.220,88 €); Seg. Social e Caixa Geral de Aposentações de Dezembro 2012 (59.582,17 €) e recolha e tratamento de efluentes de dez/2012 (45.423,84 €)

Estão registados na conta de Proveitos diferidos os valores referentes aos subsídios recebidos relacionados com investimentos, e que ainda não foram reconhecidos em proveitos, no montante total de 31.124.307,57 €. O seu reconhecimento está a ser devidamente efectuado (de acordo com as taxas de incentivos e as amortizações do exercício).

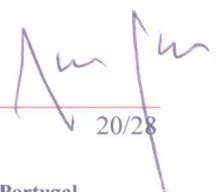
f) Provisões e responsabilidades contingentes

Verificamos que foram constituídas provisões para riscos e encargos futuros no montante de 662.651,53 €, para os seguintes processos:

- SGD n.º 23183/2012 – Translorico Comércio, Lda = 14.061,40 €
- SGD n.º 16679/2012 – Imotecnorém, Lda = 648.590,13 €

Conforme já referido no ponto 3.2.2, procedemos à solicitação direta aos advogados do município de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida. Tendo por base a resposta obtida, as indagações efetuadas junto do departamento jurídico, e os procedimentos realizados sobre transacções e saldos, parece-nos razoável o valor estimado de provisões.

Efetuamos também a circularização das companhias de seguro com as quais o município se relaciona. As respostas obtidas foram inconclusivas, contudo, através das indagações efetuadas, fomos informados que o município não tem nenhuma apólice de seguro multi-riscos para os edifícios municipais.



20/28

3.4. Fundos Próprios

Rubrica	2012		2011		Variação 2012/11	
	€	%	€	%	€	%
Património	136.594.852,75	100,4%	134.956.779,75	99,2%	1.638.073,00	1,2%
Ajust. partes capital em empresas	20.000,00	0,0%	20.000,00	0,0%	0,00	0,0%
Reservas legais	12.544.287,16	9,2%	12.544.287,16	9,2%	0,00	0,0%
Outras reservas - Doações	231.661,77	0,2%	226.612,15	0,2%	5.049,62	2,2%
Resultados transitados	(7.769.325,54)	-5,7%	(2.823.672,59)	-2,1%	(4.945.652,95)	175,1%
Resultado líquido do exercício	(5.510.277,82)	-4,0%	(5.634.632,95)	-4,1%	124.355,13	-2,2%
Total	136.111.198,32	100,0%	139.289.373,52	102,3%	(3.178.175,20)	-2,3%

Procedemos à verificação documental dos movimentos ocorridos nas rubricas de fundos próprios e da sua adequada contabilização, autorização e confirmação de que estão de acordo com a lei.

Os movimentos ocorridos nos fundos próprios resumem-se a:

- Património: registo de diversos bens imobilizados do Município, cuja inventariação foi realizada em 2012 (atendendo ao seu VPT), por falta de título de registo à data do inventário inicial;
- Doações: cedência de direito superfície para construção de novo reservatório de São Gens;
- Resultados transitados:
 1. Verificámos que a aplicação dos resultados do exercício de 2011 foi efectuada em conformidade com a proposta aprovada de aplicação de resultados, tendo os resultados líquidos de 2011 sido transferidos para a conta de resultados transitados: -5.634.632,95 €;
 2. Registo na conservatória do registo predial do Antigo edifício dos Paços do Concelho (valorizado pelo VPT): 188.980 €
 3. Valor atribuído ao terreno da avenida em Fátima (avaliado de forma empírica em 50 €/m2): 500.000 €

[Handwritten signature]

21/28

**IV – Notas sobre execução orçamental (óptica orçamental POCAL) e
Endividamento Líquido**

4.1 Execução orçamental

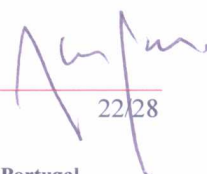
a) Resumo da execução orçamental – Despesa

Clas	Designação	Dotação para o ano	Despesa executada (comprometida exercício)	Despesa Paga	% Execução
1	Despesas com o pessoal	6.404.440,00	6.400.480,88	6.386.549,87	99,7%
2	Aquisição de bens e serviços	13.817.090,00	13.161.491,38	11.270.725,07	81,6%
3	Juros e outros encargos	451.700,00	449.210,81	444.365,76	98,4%
4	Transferências correntes	892.880,00	858.133,01	689.726,35	77,2%
5	Subsídios	619.720,00	582.492,54	565.412,47	91,2%
6	Outras despesas correntes	496.514,00	481.503,04	452.825,18	91,2%
7	Aquisição de bens de capital	22.336.000,00	14.963.290,70	12.260.216,46	54,9%
8	Transferências de capital	4.357.900,00	3.274.809,60	2.599.508,28	59,7%
9	Activos financeiros	14.600,00	0,00	0,00	0,0%
10	Passivos financeiros	4.754.350,00	3.599.885,83	3.599.884,83	75,7%
11	Outras despesas de capital	100.100,00	100.000,00	100.000,00	99,9%
	Total	54.245.294,00	43.871.297,79	38.369.214,27	70,7%

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento de despesa (despesas pagas/orçamento anual) atingiu os 70,7% (64% em 2011). No entanto, se analisarmos a execução orçamental tendo em conta o valor da despesa comprometida, em 31 de Dezembro de 2012, verificamos que o grau de realização atingirá 80,9% (78,8% em 2011).

Comparativamente a 2011 o orçamento do município diminuiu 3,1%, passando de um valor global de cerca 55,966 milhões de euros em 2011, para cerca 54,245 milhões de euros em 2012.

O Município continuou em 2012 a executar investimentos significativos – a dotação para a rubrica de Aquisição de bens de capital representou 41,2% do orçamento anual. Em termos da sua execução atingiu os 54,9% (40,7% em 2011), no entanto, se considerarmos a despesa comprometida o grau de execução passa para 67% do valor orçamentado (60,2% em 2011). Da análise do mapa de execução orçamental de despesa, verificámos que quer os investimentos em bens do domínio públicos (dotação de 11,746 milhões de euros), quer os investimentos em bens de domínio privado, cuja dotação ascendeu a cerca de 10,533 milhões de euros, tiveram graus de execução acima dos 50% (58,9% e 50,3%, respetivamente).


22/28

b) Resumo da execução orçamental – Receita

Clas.	Designação	Dotação Orçamental	Receita Liquidada	Receita Cobrada Líquida	% Execução
01	Impostos directos	6.604.800,00	7.017.716,18	7.266.240,92	110,0%
02	Impostos indirectos	611.100,00	576.996,91	590.723,25	96,7%
04	Taxas, multas e outras penalidades	1.054.300,00	1.018.622,86	1.069.339,37	101,4%
05	Rendimentos da propriedade	1.568.150,00	1.629.883,93	1.629.883,93	103,9%
06	Transferências correntes	11.644.176,00	11.421.041,44	11.056.380,39	95,0%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.419.300,00	1.556.597,32	1.470.610,51	103,6%
08	Outras receitas correntes	67.600,00	239.920,26	223.793,68	331,1%
09	Venda de bens de investimento	12.904.200,00	887,50	887,50	0,01%
10	Transferências de capital	14.737.068,00	17.264.648,39	16.650.943,49	113,0%
11	Activos financeiros	2.001.500,00	164.909,96	157.580,00	7,9%
12	Passivos financeiros	1.632.700,00	500.000,00	500.000,00	30,6%
13	Outras receitas de capital	300,00			0,0%
15	Rep. não abatidas nos pagamentos	100,00	34.263,10	34.263,10	34263,1%
	Total	54.245.294,00	41.425.487,85	40.650.646,14	74,9%

Em termos de execução de receita, verifica-se que em 2012 foram liquidados 41.425.487,85 € (face a 37.028.055,26 € em 2011) e foram recebidos 40.650.646,14 € (face a 35.733.536,50 € em 2011), correspondentes a 74,9% do orçamento de receita.

Ao analisarmos as rubricas mais importantes (com mais de 3 milhões de euros de dotação orçamental) verificámos um excelente grau de realização de receitas relacionadas com Impostos Directos (110%), Transferências Correntes (95%) e Transferências de Capital (113%); já ao nível da Venda de bens de investimento (segunda rubrica com maior peso no orçamento de receita 23,8%) a sua execução foi completamente residual.

O baixo grau de execução da rubrica de Venda de bens de investimento está relacionada com o facto do Município ter orçamentado a alienação de bens de investimento, nomeadamente, terrenos e edificios associados à participada Mais Ourém, SA, os quais não vieram a concretizar-se em 2012.

Assim, se excluíssemos esta rubrica do orçamento, o grau de execução orçamental da receita passaria para 98,3%.

Para o elevado grau de execução dos impostos directos (110,0%) contribuiu, de forma decisiva, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) o qual tinha um valor orçamentado de receita de

[Handwritten signature]
23/28

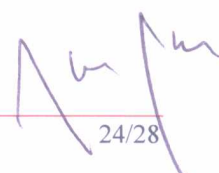
3.670.250 €, tendo sido cobrado 4.577.439 (+ cerca de 907.189 mil euros face ao previsto). Tratando-se de receitas próprias do Município, a sua elevada execução terá repercussões positivas nos orçamentos dos próximos exercícios.

- Resumo da execução orçamental – GOP – Grandes Opções do Plano

Como se pode verificar no quadro seguinte, o grau de execução da realização das Grandes Opções do Plano (GOP's), apresentou, em 31 de dezembro de 2012, uma taxa de 63,7%, que compara com 52,9% de 2011. No quadro seguinte apresentamos, para cada um dos programas o seu financiamento definido e a sua execução:

Objectivo	Designação	Financiamento definido	Executado	% Execução
01	Educação	10.499.150,00	7.505.127,63	71,5%
02	Cultura, Desporto e tempos livres	3.059.190,00	1.922.392,60	62,8%
03	Ação Social	866.740,00	581.389,90	67,1%
05	Habitação e urbanismo	14.696.310,00	8.748.197,60	59,5%
06	Saneamento e salubridade	3.742.740,00	2.267.413,29	60,6%
07	Protecção civil	680.760,00	567.578,35	83,4%
08	Desenv. Económico e abastecimento público	879.540,00	538.665,91	61,2%
09	Comunicações e transportes	2.525.150,00	1.051.794,24	41,7%
10	Defesa do ambiente	589.280,00	466.621,24	79,2%
11	Freguesias	1.142.800,00	849.570,81	74,3%
12	Instalações e serviços municipais	913.550,00	714.747,09	78,2%
Total		39.595.210,00	25.213.498,66	63,7%

Das rubricas com um financiamento definido superior a 1 milhão de euros, verificamos que o grau de execução foi menor no objetivo 05 – Habitação e urbanismo (59,5%), e no objetivo 09 – Comunicações e transportes (41,7%).


24/28

4.2. Endividamento líquido

Confirmamos que o mapa de Endividamento Líquido, está em conformidade com os registos contabilísticos a 31 de dezembro de 2012:

CONTAS	ACTIVOS	PASSIVOS
1 DISPONIBILIDADES	3.552.460	
11 Caixa	2.270	
12 Depósitos em instituições financeiras	3.550.189	
2 TERCEIROS	13.577.450	64.953.234
21 Clientes, contribuintes e utentes	1.218.133	
211 Clientes, c/ c	83.301	
212 Contribuintes, c/c	97.907	
213 Utentes, c/ c	104.587	
217 Clientes e utentes c/ cauções		34.558
218 Clientes, contribuintes e utentes de cob. Duvidosa	932.339	
22 Fornecedores		6.581.091
221 Fornecedores c/c (fact./v.d.)		1.569.432
228 Fornecedores - facturas em recep. E conferência		5.011.658
23 Empréstimos obtidos		19.349.397
231 Em moeda nacional		19.349.397
2311 De curto prazo		0
2312 De médio e longo prazo		19.349.397
23121 Empréstimos bancários		19.349.397
24 Estado e outros entes públicos		163.045
26 Outros devedores e credores	7.129.758	6.702.843
261 Fornecedores de imobilizado		3.988.239
263 Sindicatos		542
264 Administração Autárquica		450.814
267 Consultores, assessores e intermed.		18.573
268 Devedores e credores diversos	7.129.758	2.244.674
269 Adiantamentos por conta de vendas		
27 Acréscimos e diferimentos	5.229.559	32.122.301
271 Acréscimos de proveitos	5.228.162	
272 Custos diferidos	1.397	
273 Acréscimos de custos		972.535
274 Proveitos diferidos		31.149.766
2745 Subsídios para investimento		31.124.308
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos		25.458
28 Empréstimos concedidos	0	
4 IMOBILIZAÇÕES	3.108.874	
41 Investimentos financeiros	3.108.874	
411 Partes de capital	1.608.070	
414 Investimentos em imóveis	1.500.804	
TOTAL	20.238.784	64.953.234
TOTAL sem 2745 e 2749	20.238.784	33.803.468

Passivos - Activos - Ct.2745, 2749 e 414

15.065.489

Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido

0

Excepções ao endividamento - Projectos c/ Fundos Comunitários

5.733.089

Endividamento Líquido

9.332.400

A evolução do endividamento líquido foi a seguinte:

31 de dezembro de 2010:	31 de dezembro de 2011:	31 de dezembro de 2012:
17.257.389 €	14.385.129 €	9.332.400

Relativamente a 31 de dezembro de 2011, o endividamento líquido diminuiu cerca de 5,1 milhões de euros, passando de 14.385.129 € para 9.332.400 €, ou seja, reduziu-se em 35,1%.

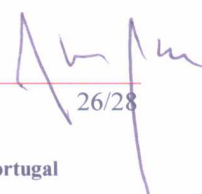
O limite legal ao endividamento da autarquia para o ano de 2012 é de 14.385.129 €, de acordo com o artigo 66.º da Lei de Orçamento do Estado para 2012. Comparativamente ao ano de 2011, o Município viu o seu limite de endividamento líquido reduzido (em 2011 era de 17.257.389 €), em resultado das medidas de contenção orçamental do estado português. Assim, o limite de endividamento líquido para 2012 deixou de ser calculado com base na Lei 2/07, Art. 37º, n.º 1, sendo agora igual ao valor de endividamento líquido registado a 31 de dezembro de 2011, o que veio penalizar o Município de Ourém.

Pese embora esta situação, o valor do endividamento líquido em 31 de dezembro de 2012 corresponde a 64,9% do máximo legal permitido.

No seguinte quadro apresentamos os vários limites de endividamento para o ano de 2012, bem como a posição do Município relativamente a cada um:

Limites de endividamento	Máximo legal para 2012	Valor Município 2012	Margem(+) / Excesso(-)
Limite de endividamento de curto prazo	1.840.677,00	0,00	1.840.677,00
Limite de endividamento de médio e longo prazo	18.406.770,00	13.616.308,44	4.790.461,56
Limite de endividamento líquido	14.385.129,00	9.332.399,90	5.052.729,10

Como se pode verificar, o Município apresenta margem positivas no vários tipos de endividamento.



26/28

V– Consolidação de contas

Por força do n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), o Município de Ourém deve apresentar contas consolidadas com as empresas municipais nas quais detenha uma participação de 100%.

No final de 2012, o Município detinha participação de 100% nas seguintes entidades:

- OurémViva, E.E.M.
- SRUFátima, E.E.M.

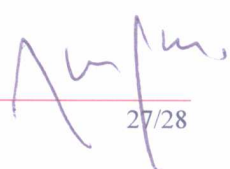
A Portaria n.º 474/2010 aprovou uma “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, que visa estabelecer um conjunto de princípios enquadramentos, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no setor público administrativo.

Posteriormente, o SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, elaborou um documento com instruções para a consolidação de contas dos Municípios, o qual obteve um parecer favorável da CNCAP – Comissão Normalização Contabilística da Administração Pública.

Assim, a preparação das contas consolidadas teve por base, quer a Portaria 474/2010, quer o documento técnico do SATAPOCAL.

Verificámos então a conformidade dos procedimentos e os lançamentos contabilísticos relativos à consolidação de contas, assim como as demonstrações financeiras consolidadas, as quais incluem:

- Balanço consolidado;
- Demonstração de resultados consolidada;
- Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais; e
- Anexo ao balanço consolidado e à demonstração de resultados consolidada.



27/28

VI – Conclusões e Recomendações

Em consequência do trabalho efectuado, e tendo em conta o conteúdo da Certificação Legal de Contas, entendemos dever relatar a seguintes situações:

- a) Recomendamos que sejam efetivamente implementados mecanismos de controlo por parte do Município no âmbito das taxas e tarifas de saneamento, e resíduos sólidos urbanos, para uma eficiente monitorização e controlo destas receitas.
- b) Verificamos a ausência de qualquer apólice de seguro para os edifícios propriedade do município. Atendendo ao eventual risco associado, recomendamos que para todos os bens patrimoniais do município seguráveis sejam efetuados os respetivos seguros.
- c) O Município deverá encetar as diligências necessárias com vista ao registo no seu património dos bens omissos;

Como corolário do trabalho desenvolvido, emitimos:

- 1) A Certificação Legal das Contas do Município de Ourém (contas individuais);
- 2) A Certificação Legal das Contas do “Grupo Municipal de Ourém” (contas consolidadas);
- 3) O Parecer do Auditor Externo nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 48º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) (contas individuais e consolidadas).

Leiria, 8 de abril de 2013

LCA, SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C nº 614

